

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL E ESPECIAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2000

DATA, HORA E LOCAL: 30 de julho de 2000, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, à Av. das Américas, 500, Bl. 13, sala Gr. 205 – parte, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. PRESENÇA: Presentes à Assembléia a totalidade dos acionistas com direito a voto e dos titulares das ações preferenciais classe A da Companhia, conforme se verifica das assinaturas apostas no “Livro de Presença de Acionistas”. MESA DIRETORA: Presidente – Mauro Sergio de Oliveira; Secretário – Cesar Reinaldo Leal Pinto/Roberta de Albuquerque Vieira Coelho. CONVOCAÇÃO: Convocação dispensada nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ORDEM DO DIA: Deliberação sobre: 1) 1ª emissão pública de debêntures simples em série única da espécie subordinada, no montante total de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais). DELIBERAÇÕES: Todas tomadas por unanimidade de votos, com abstenção dos legalmente impedidos, tendo sido, inicialmente, aprovada a lavratura da presente Ata na forma de Sumário, como faculta o artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76. Os Acionistas da Companhia decidem o seguinte: I - Aprovar a 1ª emissão pública de debêntures, com o seguinte teor: 1.1. Número da Emissão - O Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única da Espécie Subordinada da UHESC S.A. (“Escritura”) constituirá a 1ª emissão de debêntures da Companhia (a “Emissora”, a “Companhia”). 1.2. Colocação e Procedimento - As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”), utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, atendidos preferencialmente os clientes do Coordenador em ordem cronológica, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos. 1.3. Negociação - As debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. 1.4. Valor Total da Emissão - O valor total da emissão será de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), na data de emissão. 1.5 Valor Nominal Unitário - O valor nominal unitário das debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão. 1.6. Número de Séries - A emissão terá série única. 1.7. Quantidade de Debêntures - Serão emitidas 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures. 1.8. Data de Emissão - A data de emissão das debêntures será o dia 05 de junho de 2000. 1.9. Prazo e Data de Vencimento - O prazo das debêntures será de 12 (doze) anos, vencendo-se, portanto, em 05 de junho de 2012, ocasião em que a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda se encontrem em circulação pelo valor nominal atualizado acrescido da remuneração. 1.10. Forma - As debêntures serão da forma nominativa escritural. 1.11. Classe - As debêntures serão da classe simples, isto é, não conversíveis em ações. 1.12. Espécie - As debêntures serão da espécie subordinada. 1.13. Amortização - O valor nominal das debêntures da presente emissão não será amortizado. 1.14. Garantias Adicionais - Caução de Direitos Creditórios - Como garantia adicional ao cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na Escritura, a CEMIG, quando controladora da Sá Carvalho S.A. se compromete a dar, conforme o “Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças” celebrado entre ACESITA e Sá Carvalho, em caução aos debenturistas, nos termos do “Instrumento Particular de Caução de Direitos Creditórios da Sá Carvalho S.A. para os Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures da UHESC S.A.”, que integra a Escritura como Anexo I, os direitos creditórios da Sá Carvalho decorrentes do contrato de fornecimento de energia elétrica, que será executado após a transferência dos ativos vinculados à concessão da UHE Sá Carvalho. 1.15. Atualização do Valor Nominal - O valor nominal das debêntures será atualizado pela variação acumulada do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado (o “IGP-M”), apurado e divulgado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas a partir da data de emissão, calculada de forma pro rata temporis por dias corridos. O valor nominal das debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNA = VN \times \left\{ \left(\frac{NI_1}{NI_0} \right)^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left(\frac{NI_2}{NI_1} \right)^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left(\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right)^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\} \text{ onde: se compromete a dar VNA = valor nominal atualizado, expresso em R\$ por debênture; VN = valor}$$

nominal na data de emissão, expresso em R\$ por debênture; NI_0 = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização, ou seja, o valor do número-índice relativo ao mês de maio/2000; NI_1 = valor do número-índice do mês de início de atualização, ou seja, o valor do número-índice relativo ao mês de junho/2000; NI_2 = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização, ou seja, o valor do número-índice relativo ao mês de julho/2000; NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário das debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização; NI_{n-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”; dcp = número de dias corridos da data-base anterior até a data de atualização; dct = número de dias corridos contidos entre a data-base anterior e a próxima data-base; Observações: 1) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do IGP-M. 2) Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das debêntures em questão. 3) Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento. 4) Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês. O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo. A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade. No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado pro rata temporis por dias corridos, não cabendo porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas. Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 15 (quinze) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia-Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura, a última variação percentual divulgada para o índice. 1.16. Remuneração - As debêntures renderão juros de 14% a.a. (quatorze por cento ao ano) durante o primeiro Período de Vigência da Remuneração, incidentes sobre o valor nominal atualizado da debênture, conforme o item 1.15, a partir da data de emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias corridos. Define-se: a. Período de Vigência da Remuneração - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério

de apuração dos juros definido pelo Conselho de Administração ou pela Assembléia-Geral Extraordinária da Emissora encerrando-se na data da correspondente repactuação; b. Período de Capitalização - intervalo de tempo que inicia na data de emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente no dia 05 de junho até a data da primeira repactuação sendo o primeiro pagamento em 05 de junho de 2001. O cálculo dos juros

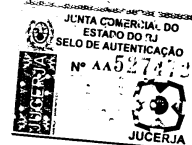
obedecerá à seguinte fórmula: $J = VNA \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$ onde: J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, expresso em R\$ por

debênture; VNA = valor nominal atualizado, na data de vencimento do último período de capitalização, expresso em R\$ por debênture; taxa = taxa de juros fixa, expressa em percentual ao ano; n = número de dias corridos entre a data de vencimento do período de capitalização anterior e a data de vencimento do próximo período de capitalização; N = número de dias corridos representativo da taxa, (365 dias ou 366, no caso de ano bissexto); 1.17. Repactuação - Deverá o Conselho de Administração da Emissora, deliberar sobre as condições a vigorar nos próximos períodos de vigência da remuneração. As deliberações da Emissora sobre as condições de repactuação serão comunicadas, pela Emissora, por intermédio de publicação, conforme item 1.31, até 15 (quinze) dias antes do encerramento de cada período de vigência da remuneração, informando: a) o prazo do próximo período de vigência da remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente; b) as condições da remuneração e atualização monetária, se houver, a vigor durante o próximo período de vigência da remuneração; e c) as datas de pagamento da remuneração. Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emissora para o próximo "período de vigência da remuneração" ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora, os debenturistas poderão, entre o 3º (terceiro) e o 10º (décimo) dias anteriores à data de repactuação, manifestar, através (i) da CETIP; ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado à CETIP; (ii) da Emissora, ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim, sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à Emissora, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das debêntures na hipótese de não publicação das condições repactuação a que se refere este item. A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures, nas datas de encerramento de cada período de vigência da remuneração, dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora, para o período subsequente, condicionado ao recebimento dos valores a ela devidos pela CEMIG. As debêntures serão adquiridas pelo seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis definida para o período vencido. As debêntures dessa forma adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. Fica desde já definido que o primeiro período de vigência da remuneração das debêntures terá início em 05 de junho de 2000 e vencimento em 05 de junho de 2003, data da próxima repactuação. 1.18. Prazo de Subscrição - As debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública. 1.19. Preço de Subscrição - O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração, apropriados desde a data de emissão até a data de subscrição. As debêntures serão subscritas ao par. 1.20. Integralização - A integralização será à vista, no ato da subscrição. As debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas. 1.21. Forma de Pagamento - As debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional. 1.22. Local de Pagamento - Os pagamentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado à CETIP; (ii) na sede da Companhia; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim. 1.23. Prorrogação dos Prazos - Considerar-se-ão prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional. 1.24. Atraso Justificado - Prorrogação de Vencimento. 1.24.1. Caso a Emissora deixe de pagar, no respectivo vencimento, os valores devidos às debêntures de sua emissão e o inadimplemento ocorrer em virtude de atraso no recebimento, por ela Emissora, dos valores oriundos do Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado entre a UHESC e a CEMIG que integra a Escritura como Anexo II (o "Contrato de Compra e Venda"), as obrigações relativas às debêntures, terão o seu vencimento prorrogado de pleno direito até a data em que sejam liquidados os débitos em atraso, obrigando-se o titular das debêntures a aguardar o prazo de 15 (quinze) dias da data do evento de pagamento das obrigações relativas às debêntures para exercer o seu direito de fazer com que se cumpra o subitem 1.24.3 abaixo. A Emissora prestará ao Agente Fiduciário todas as informações relativas aos procedimentos que estiver adotando para cobrar as parcelas de pagamento do Contrato de Compra e Venda, que não tenham sido liquidados no vencimento. 1.24.2. O Agente Fiduciário comunicará aos debenturistas a ocorrência do evento e prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários e, após decorrido o prazo previsto no item 1.24.1, convocará assembléia dos debenturistas para que seja proposto e aprovado pelos titulares da maioria de todas as debêntures em circulação, um plano de ação a ser executado pela Emissora e monitorado pelo Agente Fiduciário, que poderá incluir, entre outras medidas, a cobrança judicial ou extrajudicial de quaisquer dos créditos devidos à Emissora. 1.24.3. Ocorrendo o Inadimplemento Justificado, e após transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias citado no item 1.24.1, a Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a promover procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais de cobrança do Contrato de Compra e Venda, bem como de quaisquer outros valores que, por força do disposto no Contrato de Compra e Venda, sejam devidos à Emissora, desde que tais procedimentos sejam previamente aprovados pelos debenturistas. A execução de quaisquer procedimentos visando o recebimento de créditos detidos pela Emissora ou a liquidação dos ativos da Emissora, depende de prévia e expressa aprovação dos titulares da maioria das debêntures em circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim. Os valores recebidos pela Emissora referentes à execução do Contrato de Compra e Venda, respeitado o disposto no item 1.25, serão revertidos em favor dos debenturistas na proporção das debêntures que detiverem, nos limites estabelecidos na Escritura. 1.25. Utilização dos Recursos pela Emissora - No caso de atraso no recebimento, pela Emissora, dos valores oriundos do Contrato de Compra e Venda, os recursos recebidos pela Emissora provenientes de prestações em atraso deverão ser utilizados, obrigatoriamente nesta ordem, no pagamento das seguintes obrigações: a) despesas administrativas e legais da Emissora, bem como as despesas relativas a

eventuais procedimentos de cobrança extrajudicial e judicial, inclusive ônus sucumbenciais; b) remuneração do Agente Fiduciário e das despesas incorridas pelo mesmo no exato cumprimento de suas atribuições para a defesa dos direitos e interesses dos titulares das debêntures, bem como despesas referentes aos prestadores de serviços da Emissora; e c) havendo saldo em caixa, valor do principal e outros encargos relativos às debêntures, na forma da Escritura. 1.26. Atraso Injustificado - Ocorrendo atraso injustificado no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos à multa não compensatória de 1 % (hum por cento) e juros de mora de 1 % (hum por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso devidamente atualizados e acrescidos da remuneração devida nos termos da Escritura, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. 1.27. Decadência dos Direitos aos Acréscimos - Sem prejuízo ao disposto no item 1.23, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. 1.28. Aquisição Facultativa - A Emissora poderá, a qualquer tempo (mas sempre respeitados os prazos mínimos), adquirir debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado acrescido da remuneração, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado. 1.29. Resgate Antecipado - A Emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias da Data de Emissão, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, pelo valor do saldo devedor até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal atualizado acrescido do valor da remuneração estabelecida nos itens 1.15 e 1.16, calculados pro rata temporis. 1.30. Vencimento Antecipado - Ressalvadas as hipóteses previstas no item 1.24 anterior, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, desde que previamente aprovado pela maioria dos titulares das debêntures em circulação: a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias de sua ocorrência; b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora; c) liquidação ou decretação de falência da Emissora; d) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora previstas na Escritura. 1.31. Publicidade - Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal Valor Econômico. 1.32. Certificados de Debêntures - A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das debêntures. Será reconhecido como comprovante da titularidade o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, e/ou o extrato da instituição financeira responsável pela custódia. II - Outras deliberações: Autorizar o Conselho de Administração da Companhia de praticar os seguintes atos: 1) deliberações a respeito de eventuais alterações e ajustes nas condições das debêntures, nos termos do art. 59 da Lei nº 6.404/76, bem como celebração dos contratos com as instituições financeiras que prestarão os serviços de Banco Mandatário e Agente Escriturador na colocação das debêntures. 2) contratação da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Av. República do Chile nº 230, 9º andar, Centro, para intermediar a Emissão; 3) nomear a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro nº 99, 16º andar, para o cargo de Agente Fiduciário dos debenturistas. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIFICO O REGISTRO SOB NOME, NÚMERO E DATA ABAIXO.

UHESC S/A



00001098419

DATA : 29/08/2000

Maria Cristina V. Contreiras
Márcia Cristina V. Contreiras
SECRETÁRIA GERAL